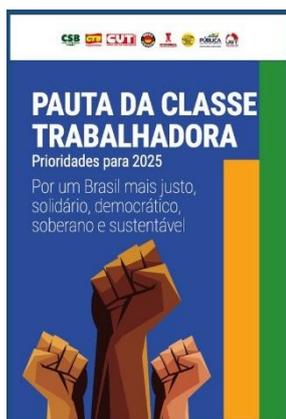




Brasília-DF, 01 de maio de 2025

Nesse 1º de Maio defender o Trabalhador e o futuro do Brasil é defender a Democracia



O Brasil vive um momento decisivo. Em 2025, a Pauta da Classe Trabalhadora ([baixe AQUI](#)) não é apenas uma lista de reivindicações, mas um projeto de nação que concilia crescimento econômico com justiça social. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) reforça seu **apoio a essa agenda** e

cobra que o governo federal avance, com urgência, na implementação dessas medidas.

Os avanços conquistados desde 2022 – como a valorização do salário-mínimo, a correção da tabela do IR, a reforma tributária com tendência progressiva e a retomada de políticas de combate à fome – demonstram que, ainda que insuficientes para as necessidades de um país tão desigual, o governo Lula demonstra compromisso com os trabalhadores e é capaz de reverter anos de desmonte. Mas reforçamos, **é preciso ir além.**

Por isso, nesse 1º de Maio, a redução da jornada de trabalho sem perda salarial, o fim da escala 6x1, a regulamentação de direitos que de fato protejam sociolaboralmente os trabalhadores de aplicativos, a regulamentação de medidas preventivas e mitigadoras à penosidade, a aplicação imediata do item 1.5 da NR-1, a defesa intransigente da negociação coletiva autônoma, a retomada efetiva da aposentadoria especial, o combate ao pejetismo e a todas as formas de contratos precários de trabalho inerentes a condições análogas à escravidão, são alguns passos fundamentais para garantir dignidade e movimentar a economia. Da mesma forma, políticas de desenvolvimento industrial, crédito para pequenas empresas e transição ecológica justa são essenciais para gerar empregos de qualidade e enfrentar as desigualdades históricas do país.

A Democracia depende desse projeto

A defesa dessas bandeiras não se restringe ao campo econômico ou social: é uma questão de soberania democrática. Não há dignidade no trabalho, tampouco sentido às celebrações desse dia sem democracia. As investigações sobre os recentes ataques golpistas liderados pela extrema direita brasileira comprovam que o projeto progressista é a única barreira contra aqueles que querem destruir nossas instituições. A direita democrática, infelizmente, neste campo ideológico mostrou-se incapaz de frear o avanço do autoritarismo.

A continuidade de um governo comprometido com os trabalhadores em 2026 não é uma opção partidária – é a garantia de que o Brasil seguirá no caminho da redução das desigualdades, da geração de empregos e da defesa dos serviços públicos. Se o governo falhar em atender a essa pauta, abre-se espaço para o retrocesso e a instabilidade.

Unidos para avançar

A CNTI conclama todos os setores da sociedade, em especial às entidades sindicais, a se mobilizarem em defesa dessas prioridades. É hora de pressionar o Congresso, fortalecer o diálogo social e assegurar que o Ministério do Trabalho retome seu papel central na proteção dos direitos. Só com união e determinação construiremos um Brasil mais justo, soberano e sustentável.

A classe trabalhadora não abre mão de seus direitos e o Brasil não pode abrir mão de seu futuro.

Sem anistia para golpistas!

Pela valorização da Classe Trabalhadora, pela Democracia e pelo desenvolvimento soberano do Brasil.

**Confederação Nacional dos
Trabalhadores na Indústria**

Brasília-DF, 01 de maio de 2025

Centrais entregam pauta da classe trabalhadora a Lula



Foto: Ricardo Stuckert

O presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Moacyr Auersvald, juntamente com os presidentes das demais centrais sindicais, entregou, na tarde desta terça-feira (29), a Pauta da Classe Trabalhadora 2025 ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A entrega fez parte da intensa agenda de mobilização em Brasília e representa um momento estratégico na luta por direitos e justiça social.

Entre os pontos de destaque da pauta estão a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, o fim da escala 6x1, a isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil e a taxação dos super-ricos. A NCST teve participação ativa em todas as etapas de construção e defesa dessas propostas, reforçando seu compromisso histórico com a valorização do trabalho e a ampliação de direitos.

Moacyr Auersvald reforçou a urgência de atender às demandas apresentadas, especialmente diante do agravamento das desigualdades e da precarização das relações de trabalho. “Essa pauta é fruto do diálogo com as bases e expressa os anseios reais da classe trabalhadora brasileira. Esperamos que o governo avance na construção de políticas públicas que valorizem o trabalho decente, promovam justiça fiscal e garantam dignidade para quem constrói diariamente o nosso país”, afirmou.

Participaram também do encontro o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin; a ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Gleisi Hoffmann; o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo; e o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

Fonte: NCST

Ministro Luiz Marinho se reúne com centrais sindicais e reforça convite para a Semana do Trabalho

Evento será realizado de 5 a 9 de maio, na Esplanada dos Ministérios, com serviços, atividades culturais e valorização dos trabalhadores



Foto: Allexandre Silva / MTE

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, se reuniu nesta terça-feira, 29 de abril, com os presidentes das principais centrais sindicais do país, em Brasília. Durante o encontro, ele convidou os representantes para participarem da Semana do Trabalho, que acontece de 5 a 9 de maio, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

A Semana do Trabalho é uma iniciativa do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em homenagem ao Dia do Trabalhador e da Trabalhadora. O evento contará com cinco dias de programação diversificada, oferecendo serviços gratuitos, atividades culturais, exposições e feiras voltadas ao público trabalhador.

Durante o evento, o público poderá: emitir documentos; buscar atendimento sobre a Carteira de Trabalho Digital; obter informações sobre o Programa de Crédito ao Trabalhador; tomar vacinas; fazer exames de saúde, entre outros. Além disso, haverá apresentações culturais, exposições sobre o mundo do trabalho e feiras com produtos da economia solidária.

A Semana do Trabalho é uma oportunidade para a população se aproximar dos serviços do Ministério, conhecer seus direitos e participar de um momento de valorização do trabalho.

Durante o encontro com os representantes sindicais, o ministro Luiz Marinho destacou a importância de fortalecer o diálogo social e as mesas de negociação tripartite — com a participação de trabalhadores, empregadores e governo — como instrumentos fundamentais para promover o desenvolvimento com inclusão e justiça social. Participaram da reunião os

**Brasília-DF, 01 de maio de 2025**

presidentes das principais centrais sindicais do país: Sérgio Aparecido Nobre, da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Adilson Araújo, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Antônio Neto, da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); Miguel Torres, da Força Sindical; Moacyr Auersvald, da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST); e Ricardo Patah, da União Geral dos Trabalhadores (UGT).

Fonte: MTE

houve queda de 5,3% entre os empregados sem carteira assinada, com redução de 751 mil pessoas nesse grupo.

Fonte: Brasil247

Movimento sindical: agenda legislativa e prioridades para 2025

Em cenário político e institucional repleto de oportunidades e ameaças, marcado por significativas reconfigurações — tanto estruturais quanto conjunturais — torna-se necessária atuação permanente nos Poderes Legislativo e Executivo, a fim de manter o diálogo em defesa de agenda positiva para os trabalhadores, nas cidades e no campo.

Neuriberg Dias*



Com esse propósito, o DIAP e o Fórum das Centrais Sindicais apresentam a 4ª edição da Agenda Legislativa das Centrais Sindicais no Congresso Nacional.

Rendimento médio das famílias bate novo recorde, aponta IBGE

O número chegou a R\$ 3.410, com alta de 1,2% no trimestre e de 4,0% na comparação anual



População brasileira (Foto: Tânia Rêgo / Agência Brasil)

O rendimento médio das famílias brasileiras alcançou o maior patamar da série histórica em março de 2025, aponta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada nesta quarta-feira (30) pelo IBGE. Segundo o levantamento, o valor chegou a R\$ 3.410, com alta de 1,2% no trimestre e de 4,0% na comparação anual.

O resultado positivo vem mesmo em um cenário de inflação acima da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), e indica que a recuperação da renda tem resistido às oscilações do mercado de trabalho.

Já a taxa de desemprego subiu para 7% no período, uma leve alta em relação aos 6,8% registrados até fevereiro. Apesar do aumento, o índice ainda representa o menor nível para o mês de março desde 2012.

Segundo o IBGE, a população em busca de trabalho cresceu 13,1% frente ao trimestre encerrado em dezembro, somando mais 891 mil pessoas. Já o número de ocupados caiu 1,3% no mesmo período, o que significa menos 1,3 milhão de brasileiros empregados.

Outros dados mostram uma estabilidade no número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado, que permanece em 39,4 milhões. No entanto,

O ambiente político nacional é caracterizado por governo de frente ampla, que herdou cenário econômico e social desafiador. As reformas implementadas nos últimos anos continuam a impactar o presente, tornando essencial compreender esse legado para projetar a capacidade de avanço na agenda de direitos no atual Congresso Nacional.

Desde 2021, quando foi lançada a primeira edição da agenda legislativa, tem-se revelado a importância do trabalho articulado das centrais sindicais, com avanços obtidos na aprovação de propostas que beneficiaram os trabalhadores e a sociedade em geral.

Desde a primeira edição, foram priorizadas, respectivamente, 24 proposições em 2021, 36 em 2022 e 33 em 2024, que tramitaram no Congresso Nacional. Dentre essas, 10 matérias consideradas positivas foram aprovadas; 15, tidas, na maioria, como prejudiciais aos trabalhadores, foram rejeitadas ou arquivadas; e cerca de 22 seguem em tramitação.

Entre as proposições aprovadas, destacam-se o auxílio emergencial de R\$ 600; a Lei da Igualdade Salarial — devolvida pelo Executivo e coube à Câmara a revisão das alterações realizadas pelo Senado, mas aprovada em definitivo no governo Lula; e o avanço da Reforma Tributária — PEC 45/19 —, promulgada em 2023, que garantiu a isenção da cesta básica e o mecanismo de cashback.

Além disso, houve a retomada de programas sociais, e as leis de retomada de valorização do salário mínimo

**Brasília-DF, 01 de maio de 2025**

e das aposentadorias, do reajuste da tabela do Imposto de Renda e dos servidores públicos, programas como desenrola, entre outras conquistas, instituídas por meio de lei.

Por outro lado, foram rejeitadas, por exemplo, as medidas provisórias 1.045 e 1.046, que pretendiam tornar permanentes medidas trabalhistas excepcionais adotadas durante a pandemia. Também houve recuos importantes, como na tramitação da PEC 32/20, da Reforma Administrativa — ainda em análise na Câmara dos Deputados —, e de diversos projetos que buscavam aprofundar as reformas Trabalhista e Sindical, incluindo propostas que dificultariam o financiamento sindical como o PL 1.663, que se encontra na Câmara e os PL 2.099 e 2.830, ambos em tramitação no Senado.

Em 2025, o contexto político passa por mudanças relevantes, a começar pela eleição de novos presidentes das casas legislativas: Hugo Motta (Republicanos-PB), na Câmara dos Deputados, e Davi Alcolumbre (União-AP), no Senado Federal.

Essa renovação representa sólida união em torno dessas novas lideranças e gera expectativas quanto à maior previsibilidade das pautas, funcionamento das comissões permanentes e à retomada das comissões mistas que examinam as medidas provisórias, que indicam nova postura institucional e maior participação social no processo legislativo.

O calendário parlamentar será influenciado pelas eleições gerais, que ocorrerão apenas em outubro de 2026. No entanto, até abril do próximo ano haverá a chamada “janela partidária”, com fusões e reconfigurações partidárias, o que afetará o ritmo e o conteúdo das pautas debatidas entre governo e oposição.

A interdependência entre os Poderes ganhou ainda mais relevância após o fim do teto de gastos e sua substituição pelo novo arcabouço fiscal, fator que exige consenso para o avanço de medidas econômicas e sociais. As eleições municipais indicaram o fortalecimento de forças de centro e centro-direita, consideradas estratégicas para o cenário das eleições presidenciais. Soma-se a isso a expectativa de reforma ministerial, que poderá apontar novos rumos para a condução política do governo Lula.

A Agenda Legislativa de 2025 baseia-se, então, em atuação permanente em defesa das prioridades, considerando esse contexto estrutural e conjuntural. Seu objetivo é organizar e facilitar o diálogo com o Congresso Nacional e com as bases parlamentares, promovendo articulações em torno de temas conjunturais e estratégicos.

Para a definição das proposições prioritárias, o DIAP

adotou critérios como: probabilidade de tramitação em 2025; impacto social e trabalhista; origem governamental ou apoio de setores relevantes; necessidade regulatória ou previsão legal; decisões judiciais anteriores, entre outros critérios técnicos específicos.

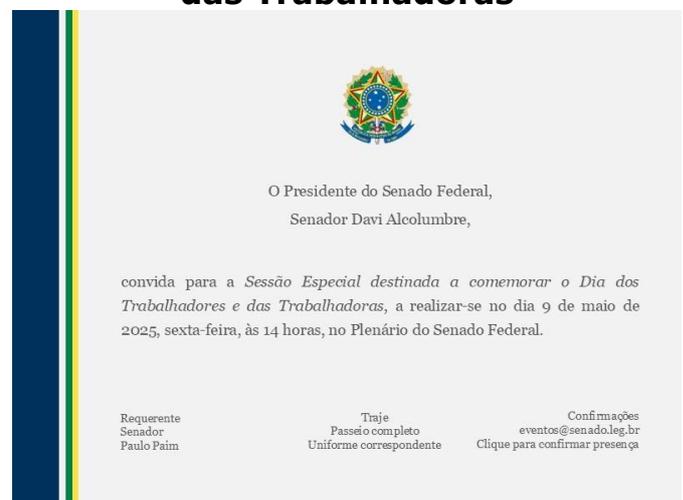
Entre os temas prioritários da agenda destacam-se: isenção do Imposto de Renda para rendimentos de até R\$ 5 mil; redução da jornada de trabalho; garantia de direitos para trabalhadores de aplicativos; fortalecimento da negociação coletiva para trabalhadores e servidores públicos; e regulamentação da IA (inteligência artificial). Essas propostas refletem a preocupação com a justiça fiscal, a modernização das relações de trabalho e a atualização do marco normativo frente aos desafios da transformação digital.

A atuação estratégica no Congresso Nacional exigirá unidade do movimento sindical e sensibilidade em relação ao ambiente político e econômico. Mais do que nunca, será fundamental a capacidade de articulação e a clareza das prioridades de negociação. A Agenda Legislativa de 2025 representa esforço coordenado para assegurar avanços sociais em período politicamente desafiador.

(* *Jornalista, analista político e diretor de Documentação licenciado do Diap. Sócio-diretor da Contatos Assessoria Política*

Fonte: Diap

Convite Dia dos Trabalhadores e das Trabalhadoras



**Data: 9 de maio, sexta-feira, às 14 horas
Plenário do Senado Federal**